

Reunião Conselho Científico do CITTA

ATA I/2021

Realizou-se em 29 de março de 2021, pelas 14h30 horas, através de videoconferência, uma reunião do Conselho Científico do CITTA, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior
2. Informações
3. Organização das tarefas de gestão do Centro
4. Criação de áreas temáticas transversais
5. Reflexão sobre a política de publicação em Open Access
6. Outros assuntos

A ordem de trabalhos foi aceite.

1. Aprovação da ata da reunião

- A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade.

2. Informações

- Após a saída de Álvaro Seco da Coordenação do GI4, Paulo Pinho e António Pais Antunes propuseram António Fidalgo do Couto para assumir esse cargo. A proposta foi aprovada por unanimidade pela Direção do centro;
- Paulo Pinho propõe então um voto de louvor ao Prof. Álvaro Seco pelo seu trabalho de coordenação do GI4, proposta essa, também aprovada por unanimidade;
- O CITTA recebeu 7 candidaturas ao Concurso Estímulo ao Emprego Científico (CEEEC) Individual, 6 do Porto e 1 de Coimbra; este número é um sinal positivo; aguarda-se agora o resultado;
- No ano anterior, o CITTA-Porto teve uma candidatura CEEC aprovada, a Asma Mehan, que terá agora a oportunidade de ter um contrato de investigadora júnior por um período de seis anos;
- No Porto há ainda a perspectiva de mais um lugar no âmbito do Concurso Estímulo ao Emprego Científico (CEEEC) Institucional;

- Também no Porto está a decorrer o concurso para a contratação de 2 investigadores principais; foram recebidas 22 candidaturas, das quais 15 foram admitidas a concurso, tendo sido 8 selecionadas para entrevista; o processo estará concluído em breve;
- Em Coimbra haverá também a oportunidade de abrir um concurso para investigador principal, assim como um Concurso Estímulo ao Emprego Científico (CEEEEC) Institucional;
- Paulo Pinho comunica que também se pretende contratar um técnico de informática para gestão do site do CITTA. A prioridade do centro é responder aos compromissos do plano estratégico, que incluem esta contratação e a aquisição de equipamento de investigação;
- Em relação às bolsas de doutoramento, este ano administradas diretamente pelo CITTA, houve 16 bolsas para distribuir entre Porto e Coimbra e entre os dois programas doutorais, PDPT e PDST. O processo correu bem, com apenas dois casos em dúvida de colocação. Uma das bolsas poderá vir a ficar livre para ser atribuída mais tarde;
- Paulo Pinho aproveita também para divulgar a iniciativa “5as ao ½ dia” que no novo formato online poderá ser acessível e de interesse dos colegas investigadores de Coimbra;
- Cecília Silva passa a apresentar a Conferência anual do CITTA que este ano será online e associada ao Projeto BooST, com o tema “Planning for Human Scale Cities”. O evento será dividido em dois dias, um primeiro dia dedicado a profissionais e o segundo dia reservado para a conferência habitual;
- António Ferreira reporta a sua iniciativa de promover um concurso “Power of Design”, centrado em propostas para minorar as dificuldades de interação em tempos de pandemia. Este concurso teve o apoio da reitoria e está na fase de seleção de candidaturas.
- Paulo Pinho volta ao assunto das candidaturas ao emprego científico, vertente institucional. O processo está a decorrer, com as candidaturas (Porto e Coimbra) a serem submetidas nas próximas duas semanas. No Porto, a proposta é para 5 lugares, 3 auxiliares e 2 juniores, mas tendo em conta que a taxa de aprovação do ano anterior foi de 20%, o mais provável é que se consigam apenas 2 lugares. Em Coimbra, a proposta é para dois lugares para investigadores, esperando conseguir-se pelo menos uma colocação;
- António Pais Antunes passa a apresentar a produção científica do CITTA. Nos últimos anos, com a exceção do presente ano 2021, por motivos óbvios da pandemia, tem havido um crescendo no número de publicações e

citações, o que é um sinal muito positivo. O número de publicações em revistas *open access* também tem vindo a evoluir. Alerta-se para que os investigadores do CITTA refiram o centro como afiliação nas publicações. No Porto, deverá aparecer o CITTA na primeira linha, de preferência com o acrónimo e por extenso e depois a referência ao departamento e à FEUP. Em Coimbra, deverá ser referida a Universidade, o Centro de Investigação e por fim o Departamento.

3. Organização das tarefas de gestão do Centro

- Paulo Pinho partilha que nos últimos tempos a Direção tem sentido a necessidade de envolver todos os membros e encontrar formas de delegar responsabilidades na gestão do centro; O volume de trabalho tem vindo a aumentar significativamente e há cinco áreas para as quais é necessário mobilizar recursos:
 - Gestão do site e base de dados de apoio à gestão;
 - Gestão das bases de dados estatísticas e cartográficas. A informação é muita e não está organizada;
 - Gestão da informação de oportunidades de financiamento, e procura de encontros científicos. Até agora este trabalho tem sido feito de forma dispersa e pouco sistemática;
 - Gestão do património bibliográfico e articulação com as bibliotecas do Porto e Coimbra. Tem sido feito um investimento nos últimos anos aproveitando os recursos dos últimos financiamentos mas seria proveitoso organizar o espólio;
 - Gestão do software e hardware. O CITTA tem vindo cada vez mais a adquirir equipamento e software, mas também usa recursos das faculdades. Estas diversas proveniências e finalidades (ensino, investigação, consultoria, etc.) tem de ser gerida;
- Segue-se uma discussão com vários contributos dos investigadores. Em linhas gerais há um comum acordo que é necessário encontrar uma forma de gerir todas estas áreas de forma organizada para otimizar todos os recursos do centro a nível de equipamentos e software, principalmente, a nível das bases de dados que são vitais aos trabalhos de investigação e têm custos por vezes muito elevados;
- Cada área de gestão deverá ter um caderno de encargos, da responsabilidade da direção, que será entregue e ajustado por quem assumir a responsabilidade pela respetiva área;

- Paulo Pinho relembra que esta gestão tem de ter o contributo dos próprios membros, uma vez que a contratação de pessoal técnico especializado será muito difícil, tendo em conta as diretrizes da faculdade em cortar nos gastos de pessoal. A contratação de um técnico informático requereu uma autorização especial e, dificilmente, se poderão vir a fazer outras contratações, nomeadamente, um gestor de ciência;
- António Pais Antunes considera que nestas áreas de gestão, há dois níveis de importância, sendo a renovação do website a prioridade. Quanto à divulgação da informação sobre ciência, não vê isso como tão relevante, é mais relevante reunir a informação que já exista dentro do departamento;
- Paulo Pinho apela a que se façam chegar todas as sugestões à direção para serem consideradas. As reuniões do conselho científico serão agora duas por ano, com a próxima acontecendo, provavelmente, em Outubro, onde se poderá voltar a este assunto.

4. Criação de áreas temáticas transversais

- Paulo Pinho começa por introduzir o tema, explicando que este ponto foi lançado na última reunião, no decorrer de uma proposta feita pela Cecília Silva e Vítor Oliveira, mas devido a problemas técnicos de comunicação não foi possível desenvolvê-lo. O documento distribuído hoje já inclui a posição da direção do centro relativamente à criação das áreas temáticas transversais;
- Vítor Oliveira explica que o documento foi alvo de algumas alterações e é agora um consenso interessante, que tenta estabelecer um conjunto de procedimentos e propósitos para a criação de áreas temáticas transversais, estruturado em objetivos, procedimentos e manutenção;
- Cecília Silva acrescenta exemplos que substanciam a razão pela qual esta proposta foi feita relativamente à visibilidade nacional e internacional. Recentemente, houve uma discussão com a FCT, a propósito de investimentos na área da acessibilidade. A existência de uma área temática poderia ter ajudado a FCT, e outras entidades, a reconhecer que esta área de investigação existe. Isto também poderia ajudar a captar investigadores para o centro, discriminando melhor as especializações dentro do CITTA;
- Segue-se uma discussão sobre este tema:
 - Anastassios Perdicoulis chama a atenção para o facto de que se deve alinhar a linguagem e a categorização com a das entidades financiadoras, caso contrário corre-se o risco de fazer estas divisões

e ligações transversais de forma *ad hoc*. Correntemente, na investigação a intenção é precisamente não se compartimentalizar. Na vertente digital da investigação já existe a possibilidade de se colocarem vários “tags” permitindo que um projeto não se resume apenas a uma área de investigação;

- Vítor Oliveira frisa que como o documento apresenta, estão em causa mais objetivos do que simplesmente o financiamento;
- Paulo Conceição embora subscreva a posição da direção, reforça que é necessário clarificar a lógica para fazer estas alterações, uma vez que a organização atual dos grupos não é impeditiva da ligação entre eles, e sugere uma reflexão se a criação destas áreas é apenas para lhes dar mais reconhecimento, ou efetivamente para alargar as fronteiras e procurar novos desafios;
- Tatiana Brandimiller expressa que a transversalidade, num centro de investigação com quatro grupos e distribuído por duas universidades já existe necessariamente. Tem de ficar claro em que é que estas novas áreas temáticas realmente contribuem, ou se vão ficar desfasados do que já existe;
- Paulo Pinho relembra que esta estrutura está a ser proposta devido à situação de crescimento atual do CITTA e sem que se altere profundamente a estrutura inicial, que continuará a funcionar. A própria FCT favorece uma estrutura matricial, em grupos com áreas transversais, pelo que a situação não será totalmente nova. A direção entendeu fazer isto de forma cautelosa, com um processo faseado e experimental, pois poderá vir a trazer alterações significativas no futuro. Por essa razão, propõe-se um regulamento interno, que não interfira diretamente com os estatutos; caso a experiência seja positiva, no futuro poderá vir a integrar os estatutos;
- Carlos Rodrigues comenta que a organização atual não tem sido impeditiva de fazer investigação com qualidade, conforme refletem os indicadores; será então importante esclarecer se se está a falar de áreas temáticas transversais ou projetos transversais; se o problema são realmente as áreas, seria necessária uma reflexão mais profunda e seria preferível reavaliar ou repensar os grupos atuais em vez de criar estruturas adicionais;
- No seguimento, Fernando Brandão Alves louva esta discussão que reflete o crescimento do centro e recorda então que se, de facto, se trata de projetos, essa transversalidade já existe; no entanto, se são

efetivamente áreas temáticas, deviam estar devidamente enquadradas nas grandes estratégias para o futuro do CITTA, algo que não é evidente no texto disponibilizado. Tendo em conta o crescimento do centro, talvez seja pertinente a direção pensar mais a fundo sobre o caminho futuro e sobre os grandes temas e tendências que se identificam na investigação atual e no financiamento;

- António Pais Antunes admite que esta questão das áreas transversais pode ser potencialmente problemática e gerar alguma polémica, no entanto, reconhece que há grupos particularmente ativos dentro do CITTA que exigem e merecem alguma forma de reconhecimento e esse reconhecimento poderá vir precisamente pela criação das áreas temáticas transversais. A criação destas áreas é regulada e deverá ser devidamente fundamentada e relembra que este é um projeto experimental que deverá ser posto em prática sem implicações para o centro e para ser reavaliado mediante os resultados;
- Paulo Pinho relembra que esta é uma proposta aprovada por unanimidade pela Direção e que reflete todas as preocupações debatidas, sendo agora necessário determinar se de facto será para avançar com esta proposta que tem vindo a ser desenvolvida há mais de um ano;
- Segue-se uma votação dos membros doutorados pertencentes ao Conselho Científico com: 0 (zero) votos contra; 4 (quatro) abstenções; 23 (vinte e três) votos a favor.

A proposta de criação de áreas temáticas transversais é aprovada.

5. Reflexão sobre a política de publicação em Open Access

- Paulo Pinho relembra que na última newsletter, chamou a atenção para a publicação em revistas online. Tem havido uma evolução nas formas de publicação e tem-se vindo a passar de revistas tradicionais para revistas online, emergindo um conjunto de revistas classificadas como ‘predatórias’. Têm-se levantado uma série de objeções, sobretudo por parte dos revisores, que sentem que o seu trabalho é inútil perante as decisões dos *chief editors* - que privilegiam a publicação. É necessário ter isto em atenção, para não correr o risco de ter boas publicações que caíam neste grupo. Isto é um debate que ocorreu há uns anos relativamente à

publicação de livros, algo a que um membro do painel de avaliação do centro chegou a chamar a atenção;

- António Pais Antunes salienta que esta é uma questão que tem vindo a ganhar peso nos últimos anos; há um confronto entre revistas tradicionais e *open access*, sendo estas últimas pagas. Neste momento, existem 3 tipos de publicações, as revistas tradicionais, as revistas que são obviamente predatórias e outras que já não o são, ainda que tenham ainda alguns problemas. É importante haver alguma distribuição, para que as publicações não sejam maioritariamente feitas em revistas com tempos de revisão curtos. Por outro lado, as revistas tradicionais também têm tido atitudes por parte dos revisores que ultrapassam o limite da decência académica e científica e se caracterizam essencialmente pela arrogância. Neste momento, o equilíbrio não é claro, e virá a sofrer alterações num futuro próximo. Há boas razões aceitáveis para publicar nessas revistas, por exemplo, quando há prazos que é necessário cumprir nos projetos. Ainda assim, as publicações deverão ser feitas em revistas não predatórias. Neste momento, há 15% ou menos de publicações em revistas com problemas, e convinha que não passasse disso.
- Anastassios Perdicoulis reforça que é realmente necessário ter em atenção as revistas predatórias e que há editoras que têm muitas armadilhas mesmo sendo publicações prestigiadas, o que torna muito difícil distinguir a fronteira entre umas e outras;
- Paulo Conceição concorda com a necessidade de refletir sobre esta questão e afirma que este cenário de mudança entre as publicações está diretamente relacionada com as questões de financiamento, nomeadamente, da União Europeia e de metas mais viradas para a publicação em *open access*, sendo necessário que o centro se posicione nessa reflexão;
- Paulo Pinho concluiu que este ponto é apenas um alerta, não sendo necessária já uma decisão. O CITTA para já não exclui as publicações em *open access*, mas apela a algum cuidado nos apoios a publicações em revistas deste tipo.

6. Outros assuntos

- Anastassios Perdicoulis lança um desafio de fazer uma revista própria do CITTA, que hoje em dia é um procedimento mais acessível, e que poderia ser pensada como mais umas das grandes tarefas do centro;

- Paulo Pinho recorda que essa ideia já terá surgido há uns anos atrás, tendo havido até um nome já pensado “Planning Agenda”, mas pelo facto de ser algo muito trabalhoso, acabou por não se avançar.

Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião.